

1ª REPUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2022

A ACCEI DO CMEI Sítio do Pica Pau Amarelo por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar às 14h00min do dia 23 de Agosto de 2022, na sala dos professores do CMEI Sítio do Pica Pau Amarelo, localizada no endereço Aurenny IV APM 07 Rua 07 Cap 77060-008, Palmas – TO, a Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO nº 002/2022, do tipo EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de obra de IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO PARTICULAR DE 112,5 KVA da referida Unidade de Ensino, de interesse do CMEI Sítio do Pica Pau Amarelo, Processo nº 2022027634. O Edital poderá ser examinado ou retirado pelos interessados até o terceiro dia anterior à data da sessão de licitação na ACCEI do CMEI Sítio do Pica Pau Amarelo, no endereço acima citado, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, em dias úteis, ou no endereço eletrônico: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/EDITAL-TP-ENERGIA_SOLAR-S%C3%80TIQ_DO_PICA_PAU_AMARELO.pdf. Mais informações poderão ser obtidas na Unidade de Ensino, através do e-mail: financeirocmeisito@semed.palmas.to.gov.br ou pelo telefone (63) 3571-5153.

Palmas/TO, 08 de agosto de 2022.

Maria de Jesus Pinto dos Santos - Presidente
Presidente da Comissão Permanente de LicitaçãoFUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE CARRASCO BONITO/TOAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de 01 (um) veículo administrativo para o Município de Carrasco Bonito – TO, Convênio PLATAFORMA +BRASIL Nº 928060/2022, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Defesa, e o Município de Carrasco Bonito/TO. Abertura: 17/08/2022, às 08h30min. Local: Plataforma LicitNet, no endereço www.licitnet.gov.br, plataforma usada pela Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito/TO. Maiores informações e Edital para retirada no e-mail: clpcarrascobonito@gmail.com ou no site do município, www.carrascobonito.to.gov, ou ainda pelo endereço, www.licitnet.com.br, horário de expediente seg. a sex. das 08h00min às 12h00min, fone (63) 3344-1462. Carrasco Bonito/TO, 03 de agosto de 2022. Inácio Alves da Conceição - Sec. Mun. de Saúde

TRANS
CERRADA

HORÁRIOS:

PALMAS ⇌ DIANÓPOLIS

05:45hs

11:30hs

PALMAS ⇌ ALVORADA

06:30hs

14:00hs

PALMAS ⇌ ARAGUAÇU

13:00hs

08:30hs



SUL

- PALMAS
- PORTO NACIONAL
- SANTA RITA CRIXAS
- CRIXAS
- ALIANÇA
- GURUPI
- FIGUEIRÓPOLIS
- ALVORADA
- ARAGUAÇU

SUDESTE

- PALMAS
- PORTO NACIONAL
- SILVANÓPOLIS
- SANTA ROSA
- CHAPADA NATIVIDADE
- NATIVIDADE
- ALMAS
- PORTO ALEGRE
- DIANÓPOLIS

ENCOMENDAS URGENTES:

98473-8002 | 3225-0346

AGOSTO LILÁS

Campanha promove o enfrentamento a toda forma de violência contra as mulheres

Uma campanha em alusão à Lei Maria da Penha, que foi promulgada em um 7 de agosto, isto em 2006, o Agosto Lilás visa, por meio da educação em direitos e da orientação sobre a Rede de Proteção, ampliar a proteção às mulheres vítimas de violência. No próximo domingo, esta Lei, a nº 11.340/06, completa 16 anos; e a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) fala sobre o que ela garante e a quais outras instituições a mulher violentada deve recorrer.

De acordo com a coordenadora em substituição do Núcleo Especializado de Proteção e Defesa da Mulher (Nudem) e titular da 15ª Defensoria Pública Cível de Palmas, Elydia Leda Barros Monteiro, é importante conhecer os tipos de violência aos quais estão sujeitas as mulheres. “A Lei Maria da Penha descreve as modalidades de violências a que a mulher pode estar sujeita no âmbito das relações familiares: físicas, morais, patrimoniais, psicológicas e sexuais. Em caso de qualquer tipo de violência a Defensoria Pública e a Rede de Proteção estão integralmente à disposição da mulher para prestar o acolhimento e o atendimento multidisciplinar necessários”, ressalta.

Conquista da mulher

A Lei nº 11.340/06 passou a ser chamada Lei Maria da Penha em homenagem à mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que, desde então, se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

A legislação, sancionada apenas 23 anos após estas agressões sofridas por Maria da Penha, é considerada uma das maiores conquistas femininas, visto que foi a partir dela que ocorreram a criminalização e a tipificação da violência doméstica contra as mulheres, estabelecendo penas severas para punir os agressores e coibir este tipo de prática.

Além disso, a partir da Lei, que possui 46 artigos distribuí-



dos em sete títulos, foram criadas Casas-abrigo; Centros de Referência da Mulher; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; e Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Algumas garantias

Além da constante promoção de políticas públicas e campanhas de conscientização sobre a necessidade de prevenção e combate aos atos de violência, as ações fundamentadas na Maria da Penha garantem às vítimas o acesso a diversos dispositivos legais de proteção.

Dentre as garantias previstas pela lei existem aquelas referentes ao atendimento da mulher junto aos serviços da Rede de Proteção, como a determinação de que esse atendimento seja preferencialmente prestado por pessoas do sexo feminino, bem como que estes atendimentos sejam orientados de forma a não revitimizar, não julgar, não ridicularizar a mulher. Também há garantias referentes à estrutura para que a mulher vítima de violência possa viver em segurança e com autonomia após os episódios de violência como a possibilidade de afastamento do local das atividades laborais, caso necessário, com a manutenção do vínculo.

Atendimento DPE

Novamente de acordo com a defensora Elydia Monteiro, a Defensoria Pública acolhe casos de violência contra a mulher tanto por meio do atendimento individual, com defensoras e

defensores públicos, quanto pela atuação coletiva do Nudem.

“Mulheres em situação de vulnerabilidade podem e devem procurar pela Defensoria para atendimentos jurídicos que são feitos de forma integral e gratuita. Desde a pandemia de covid-19, o atendimento é feito por telefone, WhatsApp e/ou email, o que viabiliza a elas falarem com a Defensoria Pública sem saírem de casa para isso, caso assim prefiram”, esclarece a Defensora Pública, lembrando que o contato direto com o Nudem pode ser feito pelos números 3218-1615 (WhatsApp), 3228-8319 e 0800 644 85 80 (Alô, Defensoria), ou pelo e-mail nudem@defensoria.to.def.br.

Funcionamento

Os atendimentos são feitos de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14 às 17 horas. Em feriados, finais de semana e dias de ponto facultativo, o atendimento é feito no mesmo horário do expediente, mas por meio de outros contatos disponíveis em <https://plantao.defensoria.to.def.br/>.

Denuncie!

No Tocantins, existe uma rede de proteção formada pela Defensoria Pública, por delegacias, juizados e varas especializadas, casas-abrigo, centros de referência, serviços de saúde e órgãos do poder público e da Justiça estão juntos à DPE-TO à disposição para atender às vítimas.

Confira os canais de contato:

- . Disque-Denúncia: 180
- . Disque Direitos Humanos: 100
- . Polícia Militar: 190
- . Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher e Vulneráveis:
- . Palmas / centro: 3218-6878 / 3218-6831
- . Palmas / região sul - Taquaralto: 3218-2404
- . Araguaína: 3411-7310 / 3411-7337
- . Arraias: 3653-1905
- . Colinas: 3476-1738 / 3476-3051
- . Dianópolis: 3692-2480
- . Guaraí: 3464-2536
- . Gurupi: 3312-7270 / 3312-2291
- . Miracema: 3366-3171 / 3366-1786
- . Paraíso do Tocantins: 3361-2277 / 3361-2744
- . Porto Nacional: 3363-4509 / 3363-1682 / 3363-1826

Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO)
Comunicação / Coordenação de Jornalismo